

João Pedro Accioly

Arbitragem  
em Conflitos com  
a Administração  
Pública

EDITORA LUMEN JURIS

RIO DE JANEIRO

2019

Copyright © 2019 by João Pedro Accioly

Categoria: Direito Administrativo

PRODUÇÃO EDITORIAL  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Diagramação: Rômulo Lentini

A LIVRARIA E EDITORA LUMEN JURIS LTDA.  
não se responsabiliza pelas opiniões  
emitidas nesta obra por seu Autor.

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer  
meio ou processo, inclusive quanto às características  
gráficas e/ou editoriais. A violação de direitos autorais  
constitui crime (Código Penal, art. 184 e §§, e Lei nº 6.895,  
de 17/12/1980), sujeitando-se a busca e apreensão e  
indenizações diversas (Lei nº 9.610/98).

Todos os direitos desta edição reservados à  
Livraria e Editora Lumen Juris Ltda.

Impresso no Brasil  
*Printed in Brazil*

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO-NA-FONTE

---

AC171a

Accioly, João Pedro.

Arbitragem em conflitos com a administração pública / João Pedro  
Accioly. – Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2019.  
244 p. ; 23 cm.

Bibliografia : p. 185-217.

ISBN 978-85-519-1238-6

1. Administração pública. 2. Arbitragem. 3. Arbitragem e sentença -  
Brasil. 4. Direito administrativo. I. Título.



CDD 342

Ficha catalográfica elaborada por Ellen Tuzi CRB-7: 6927

# Sumário

Nota Introdutória .....	1
Capítulo I – Delimitações Conceituais e Definições Preliminares .....	7
I.1. Arbitragem: conceito operativo e princípios informadores.....	7
I.2. Arbitragem no contexto da Administração Pública: principais riscos...9	
I.3. Contratos administrativos e compromisso arbitral.....	12
I.4. Quando convém à Administração Pública se submeter à arbitragem? Alguns parâmetros .....	15
I.5. Diferenciações importantes: arbitragens internas; arbitragens internacionais; sentenças arbitrais estrangeiras; sentenças arbitrais nacionais; arbitragens de direito internacional público e arbitragens de direito internacional privado.....	18
Capítulo II – Panorama Global da Participação da Administração Pública em Arbitragens.....	23
II.1. A importância geral e especial da perspectiva comparada para a compreensão do fenômeno arbitral.....	23
II.2. Critérios para a escolha dos países analisados. ....	28
II.3. Panorama internacional.....	30
II.4. Conclusões parciais.....	48
Capítulo III – A Arbitrabilidade Subjetiva na Administração Pública .....	49
III.1. Conceito e critério geral .....	49
III.2. Administração e Arbitrabilidade Subjetiva.....	50
III.3. Competência para a celebração de convenções de arbitragem .....	52
III.4. Peculiaridades do regime jurídico arbitral das empresas estatais .....	55

Capítulo IV – A Arbitrabilidade Objetiva dos Conflitos com a Administração Pública .....	59
IV.1. Colocação do problema.....	59
IV.2. Administração Pública, “direitos patrimoniais disponíveis” e arbitragem .....	61
IV.2.1. O que se deve entender por direitos patrimoniais? .....	62
IV.2.2. O que se deve entender por direitos disponíveis em relações jurídicas com a Administração Pública? .....	65
IV.2.3. Os critérios propostos pela literatura. ....	69
IV.2.3.1. Interesses Públicos Primários e Secundários .....	69
IV.2.3.2. Atos de Império versus Atos de Gestão.....	71
IV.2.3.4. O critério da dispensabilidade da apreciação judicial .....	75
IV.2.3.5. O critério da contratualidade e as dificuldades no seu manejo....	76
IV.3 Proposta de operacionalização do critério da contratualidade .....	82
IV.3.1. Limites quanto à cognoscibilidade e quanto aos provimentos arbitrais. O que deve ser arbitrável?.....	84
IV.4. Conclusões Parciais .....	102
Capítulo V – Algumas Incidências Concretas do Critério de Arbitrabilidade Objetiva Proposto .....	105
V.1. Disputas contratuais: licitação, rescisão, modificação e reequilíbrio contratual .....	105
V.2. Poder de Polícia .....	108
V.3. Responsabilidade Civil do Estado .....	111
V.4. Disputas com servidores públicos.....	112
V.5. Atos normativos.....	113

Capítulo VI – Arbitrabilidade Objetiva: Mecanismos de Densificação Prévia e Parâmetros de Sindicabilidade Judicial .....	115
VI.1. O papel das leis setoriais, decretos regulamentares e cláusulas compromissórias na definição da arbitrabilidade objetiva .....	115
VI.2. O Princípio da Kompetenz-Kompetenz e a sua aplicabilidade às arbitragens .....	118
VI.3. Outros parâmetros para a sindicabilidade judicial da arbitrabilidade objetiva de conflitos com a Administração Pública .....	122
Capítulo VII – O Cumprimento de Sentenças Arbitrais Desfavoráveis à Administração .....	125
VII.1. Cumprimento espontâneo de sentenças arbitrais desfavoráveis à Fazenda Pública .....	127
VII.2. Aplicabilidade do regime de precatórios e possíveis alternativas ....	132
VII.3. A execução, no Brasil, de sentenças arbitrais estrangeiras gravosas à Administração pátria .....	134
VII.4. A execução no exterior de sentenças arbitrais desfavoráveis a entidades administrativas brasileiras.....	136
VII.5. Conclusões parciais.....	144
Capítulo VIII – Conflitos e Arbitragens Intra-Administrativas.....	147
VIII.1. Administração Pública multidimensional e pluralidade de interesses públicos .....	147
VIII.2. O desafio da coordenação intra-administrativa .....	150
VIII.3. A solução de conflitos intra-administrativos.....	153
VIII.3.1. A solução de litígios intra-administrativos por métodos arbitrais ....	163
VIII.4. Conclusões parciais.....	166
Conclusões Gerais .....	169
Referências Bibliográficas .....	185